



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte
24 a 28 de maio de 2004

Realização:



Sessão de Comunicação “Saúde e Inclusão”

OS EFEITOS DA INCLUSÃO NO DESENVOLVIMENTO DO ALUNO PORTADOR DE DISFUNÇÃO NEUROMOTORA GRAVE

Cynthia Lázara Caldeira

Instituto Santa Mônica – APAE de Itaúna

Av Getúlio Vargas, 1030. CEP 35680.037 Itaúna MG

Telefone: (37) 3241 0161 / 9111 1206

E-mail: clcaldeira.to@ig.com.br

O artigo faz uma reflexão sobre o desenvolvimento humano enfatizando a importância dos fatores ambientais neste processo, como estimulador e facilitador do desenvolvimento da pessoa com deficiência. Relata o acompanhamento e avaliação da inclusão escolar de alunos portadores de disfunção neuromotora grave, propondo um confronto com a teoria para levantar os efeitos deste processo no desenvolvimento dos alunos.

A inclusão educacional da pessoa com deficiência é assegurada pelo Parecer nº 424/03 do Conselho Estadual de Educação e pela Resolução 451 de 27.05.2003, que tratam dos direitos desses indivíduos à cidadania.

Incluir um aluno portador de necessidades educacionais especiais na escola comum significa concretizar os direitos dessa pessoa de conviver em um ambiente natural onde a diversidade é possível.

Sabendo da importância dos fatores ambientais no desenvolvimento humano, realizar uma educação eficaz que atenda às necessidades de cada aluno torna necessário modificações estruturais no ambiente que, acrescidos de equipamentos, adaptações e conhecimentos, o tornarão facilitador do processo de desenvolvimento global dos educandos.

O processo de inclusão do aluno portador de disfunção neuromotora requer um aparato técnico pedagógico diferenciado, por isso parcerias entre instituições especializadas no ensino e tratamento da pessoa com deficiência e escolas comuns são estratégias eficazes para tornar a educação que permeie toda a educação básica (da infância à formação profissional).

O desenvolvimento humano caracteriza-se pela interação de fatores biológicos e ambientais, onde, à medida que a criança interage no ambiente, ela recebe estímulos deste através de seus sistemas somato-sensoriais que provocam alterações em seu sistema nervoso e em resposta produzem comportamentos adaptativos.

Gessel (1947, p.34) nos diz que “dessa forma sucessivamente vai se construindo o corpo e a mente deste ser: o feto humano se transforma no bebê humano; o bebê humano na criança e adultos humanos”.

Essa seqüência ordeira representa a dotação genética humana. Os produtos finais comportamentais do processo total de desenvolvimento são conseqüência da interação recíproca entre dotação genética e meio ambiente.

Quando uma criança nasce, seu sistema nervoso ainda se mostra imaturo, seu comportamento revela atividades reflexas, que, com a maturação das estruturas, produzirão mudanças na função. Pouco a pouco o bebê vai apresentar reações voluntárias, espontâneas e aprendidas, resultantes da diferenciação de seu sistema nervoso. Cada uma destas é uma resposta bem-definida do sistema neuromotor a uma situação específica e cada uma constitui um padrão de comportamento indicativo de um estágio de maturidade.

Sabendo-se que a criança portadora de disfunção neuromotora apresenta uma lesão de ordem irreversível em seu sistema nervoso central, seu desenvolvimento neuropsicomotor sofrerá atrasos e alguns comportamentos não serão adquiridos, devido à persistência de atividades reflexas das alterações tônicas musculares, das dificuldades de dissociações

de movimento, da ausência de co-contracção, entre outras, funções essenciais à *performance* motora. Como resultado de toda esta desordem observa-se nessa criança uma maior dificuldade de explorar, interagir, agir e resolver os problemas que lhe são propostos durante suas atividades na vida diária. Em casos mais graves, essa criança estará fixada em padrões anômalos de desenvolvimento que dificultarão atividades como alcance, manipulação, manutenção de posturas e locomoção.

Como ficarão então as conquistas do espaço, o domínio do ambiente, a construção do saber baseada nas experiências da criança?

Faz-se necessário então que o ambiente tenha, para esse pequeno ser, um papel estimulador e facilitador de suas experiências e interações, favorecendo o desenvolvimento de seu corpo e mente para que essa criança, assim como todas, obtenha funcionalidade e competências nas atividades diárias.

O ambiente pode ser compreendido como o espaço onde os seres vivem.

Possui características físicas e sociais que favorecem dinâmica estímulo: ação – transformação de seus elementos.

Os vários elementos do ambiente oferecem estímulos somato-sensoriais aos indivíduos presentes nele; seu sistema nervoso planeja respostas adaptativas levando-os a executar atividades, comunicar, locomover, enfim adaptar-se bem e usufruir de uma boa qualidade de vida.

Sabe-se que as características físicas e sociais de um ambiente são passíveis de mudanças e que estas devem favorecer o desenvolvimento e inclusão de indivíduos portadores de necessidades especiais. Tornar um ambiente facilitador significa acrescentar em seu espaço físico equipamentos e adaptações que permitam o melhor acesso à pessoa com deficiência.

Como salienta *Mantoan* (2003),

a escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa possibilitar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos em geral. (p.38)

É oferecer a seu grupo social informações acerca dos direitos, potenciais, possibilidades e formas de abordagens do cidadão portador de necessidades especiais.

Amparados pela legislação sobre a inclusão social da pessoa com deficiência e pelas teorias científicas relativas ao tema, a APAE de Itaúna iniciou há cerca de 10 anos o processo de inclusão escolar de seus alunos.

No primeiro momento, tal processo contemplou os alunos portadores de deficiências sensoriais auditiva e visual, e mentais leves; à medida que a inclusão apresentava sucesso para o aluno, família e escola, o movimento foi criando corpo e oportunizando, a novos alunos com necessidades educacionais especiais cada vez maiores, a possibilidade de inclusão em um ambiente natural de escola comum.

Schaffner & Buswell (1999) “apontam para a necessidade de desenvolvimento de uma equipe de apoio na escola, tanto para os professores como para os alunos com o objetivo de avaliar o processo de criação de uma escola inclusiva”.

Essa equipe poderia ser constituída por professores de classe, pais, terapeutas e supervisores. O objetivo dessa equipe seria o de se reunir para debater, resolver, trocar idéias, técnicas, métodos e atividades que auxiliassem os professores e os alunos a serem bem-sucedidos em seus papéis.

A inclusão educacional do aluno portador de necessidades educacionais especiais no município de Itaúna, MG é, atualmente, viabilizada pela parceria da APAE com a Secretaria Municipal de Educação, através do Projeto SAI – Serviço de Apoio Itinerante.

O SAI oferece atendimento pedagógico itinerante nas escolas comuns, atendimento, apoio e orientação técnica especializada ao professor, família e aluno, nas áreas de Serviço Social, Fonoaudiologia, Psicologia, Terapia Ocupacional, Pediatria e Neurologia, visando a favorecer o desenvolvimento do aluno, resolver os problemas encontrados e efetivar a inclusão social.

Durante o acompanhamento dos alunos incluídos na escola comum, os maiores desafios encontrados referem-se a inclusão do portador de disfunção neuromotora grave.

De modo surpreendente, esses alunos têm apresentado excelentes níveis de adaptação ao novo ambiente escolar, com aquisições de comportamentos até então não apresentados.

Capovilla (1998), em vários estudos sobre a inclusão do portador de disfunção neuromotora, sugere que esta deva ser feita com cuidado, pois os professores precisam

adquirir conhecimentos especiais e os alunos também precisam de instrumentos e equipamentos tão especiais quanto a suas necessidades para posicionar-se, comunicar (de modo escrito e falado) executar, etc.

Avaliando a inclusão escolar de alunos portadores de disfunção neuromotora grave, encontramos inicialmente as seguintes características no grupo:

- Aspectos pessoal-social: semidependência para alimentar-se; dependência no auto-cuidado e higiene pessoal; não comunicação de necessidades básicas (fome, sede, necessidades fisiológicas); desconhecimento de algumas partes do corpo; aspecto motor fino/adaptativo; dificuldades de alcance e manuseio; pobre uso funcional de mãos;
- Aspectos linguagem: pouca atitude comunicativa; dificuldades de comunicar desejos e necessidades; respostas ineficazes de sim/não; ausência de fala no ambiente da escola especial; utilização da comunicação alternativa e aumentativa;
- Aspecto motor grosso: controle cefálico precário; ausência de controle de tronco; dificuldades de manutenção da postura sentada mesmo com cadeira adaptada; pouco interesse pela locomoção; ausência da locomoção independente.
- Após um período de dois meses do início do ano letivo, os alunos demonstraram melhora qualitativa e quantitativa em seu processo de desenvolvimento, confirmadas pela professora da escola comum.
- Aspecto pessoal social: interesse pela possibilidade de alimentar-se com independência; reconhecimento e comunicação de necessidades fisiológicas básicas (exemplo: pedir água, relacionar ambiente à função – refeitório, banheiro); identificação do equipamento especial para postura assentada com interesse e desejo de usá-lo; escolha de grupos de colegas na sala;
- Aspecto linguagem: aumento da atitude comunicativa; presença de fala em ambiente escolar, comunicação de desejos, interesses, respostas sim/não, através do uso de figuras, gestos, fala e/ou expressões faciais;
- Aspecto motor fino adaptativo: melhora da preensão do lápis adaptado; melhora da coordenação motora fina; interesse pelo manuseio exploratório do material pedagógico;

- Aspecto motor grosso: melhora evidente do controle cefálico (estimulado pelo ato de levantar a cabeça para ver e participar da dinâmica da sala); interesse por movimentar-se, participar das atividades de educação física, parque e piscina; locomoção facilitada pelos colegas de sala.

Vale ressaltar o interesse das famílias, escola e profissionais envolvidos para a detecção e solução dos problemas e obstáculos, visando a viabilizar o processo de inclusão da pessoa portadora de deficiência.

Nos aspectos ambientais foram observadas as seguintes características: ausência de equipamentos adaptados para posicionamento, locomoção e execução de atividades pelos alunos portadores de necessidades educacionais especiais; desconhecimento por parte das pessoas do ambiente escolar comum, relativos a situação da pessoa portadora de disfunção neuromotora grave; dificuldades no primeiro momento de acessibilidade do aluno portador de deficiência com maiores dificuldades de independência nas atividades de vida diárias.

As características mencionadas acima apresentam transformações à medida que os profissionais da equipe SAI realizam intervenções no espaço da escola comum, podendo se observar então:

- Adaptações e equipamentos necessários aos alunos portadores de deficiência;
- Conhecimentos das características dos alunos, seus potenciais, limitações, formas de expressão e necessidades pelos profissionais e outros alunos da escola comum;
- Sensível melhora da acessibilidade do PPD nas escolas acompanhadas.

Conclusão:

No acompanhamento sistemático aos alunos incluídos pela APAE de Itaúna em escolas comuns, observa-se que as dificuldades são mais presentes nos casos em que o aluno apresenta disfunções neuromotoras, resultando em graves comprometimentos da

postura, movimento e dependência para locomoção e execução das atividades da vida diária.

No aspecto pessoal/social, as melhoras evidenciadas são reativas à percepção e à expressão das necessidades básicas, sugerindo que o ambiente da escola comum é facilitador, principalmente do desenvolvimento do processo de comunicação.

O aspecto motor fino demonstrou menor evolução quando comparado com os outros aspectos, confirmando o maior acometimento dessas habilidades nos alunos acompanhados e a necessidade de adaptações e equipamentos no ambiente da escola comum que favoreçam a melhora dessas habilidades.

No aspecto motor grosso ressalta-se a evidente melhora no controle de cabeça, sugerindo que na escola comum essas crianças obtiveram maiores estímulos para erguer e manter a cabeça nessa posição.

A condução adequada desses casos permite verificar melhoras consideráveis no desenvolvimento do aluno nos aspectos social-pessoal, motor fino adaptativo, linguagem e motor grossos, mensuráveis através de escalas do desenvolvimento. Constatam-se ainda alterações positivas no ambiente escolar, como melhora da acessibilidade do aluno com deficiência e respeito às diferenças.

Esses problemas são resolvidos pelo SAI através de cursos de capacitação para profissionais da escola comum inclusiva, da prestação de atendimentos técnico-pedagógicos aos alunos e da disponibilização no ambiente escolar de adaptações e equipamentos necessários aos educandos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPOVILLA, Fernando César. *Uso de sistemas alternativos e facilitadores de comunicação*. São Paulo: EDUNISC, 1998.

FACION, J. Raimundo. *Reflexões sobre o modelo integrativo*. Brasília: CORDE, 2002.

GESELL E AMATRUDA. *Diagnóstico do desenvolvimento*. São Paulo: Atheneu, 1947.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?*. São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Carlos Afonso da Silva. *Cidadania e Inclusão: direitos das pessoas portadores de deficiência*. Brasília: CORDE, 2001.

SCHAFFNER, C.B & BUSWELL, B.E. *Dez elementos críticos para a criação de comunidades de ensino inclusivo e eficaz* in: *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

VAYER, Pierre. *A criança diante do mundo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.